

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.939 - MG (2019/0199596-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : JOSE WILSON DA SILVA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por JOSE WILSON DA SILVA contra decisão da Presidência deste Sodalício que não conheceu do agravo em recurso especial apresentado ante o óbice da Súmula n. 182/STJ.

Consta dos autos que o agravante foi condenado às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, 13 dias-multa, perda do cargo público e suspensão de seus direitos políticos pelo prazo da condenação, pela prática do crime previsto no art. 158, § 1º, do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou perante a Corte local, a qual negou provimento à irresignação, vencido em parte o Desembargador revisor.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

O recurso especial interposto, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, não foi admitido na origem, ensejando o respectivo agravo, do qual não se conheceu por decisão da Presidência desta Corte Superior.

Daí a interposição deste regimental, no qual o agravante requer a reconsideração do *decisum* ou o encaminhamento dos autos ao colegiado para que do recurso especial se conheça e lhe seja dado provimento.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela intimação do *Parquet* estadual para apresentar contrarrazões.

É o relatório.

Da análise dos autos, constata-se a existência dos pressupostos necessários ao conhecimento do agravo, devendo-se reconsiderar a decisão de e-STJ fls. 744/745, nos termos do art. 259, § 6º, do RISTJ e passar à nova análise do inconformismo.

Nas razões do recurso especial, a defesa alega a existência de dissídio jurisprudencial, bem como negativa de vigência aos arts. 158, 226 e 619 do Código de Processo Penal e ao art. 158, § 1º, do Código Penal.

Argumenta que o Tribunal *a quo* teria sido omissos ao não apontar outros elementos probatórios que teriam sido considerados para a condenação, visto que a única prova produzida nos autos seria o reconhecimento fotográfico feito pela vítima.

Sustenta que o reconhecimento fotográfico não teria sido corroborado por outras provas e, além disso, que a vítima teria posteriormente se retratado.

Pleiteia o afastamento da causa de aumento de pena prevista no § 1º do art. 158 do CP, por ausência de laudo pericial de eficiência da arma de fogo.

Inicialmente, acerca da suscitada violação do art. 619 do CPP, a Corte *a quo* afastou a alegação de existência de omissão, asseverando que "*a questão suscitada nos embargos declaratórios foi enfrentada na decisão embargada, f. 491, constando como prova para condenação o reconhecimento extrajudicial do acusado pela vítima, depoimento este corroborado pelas declarações judiciais da testemunha Marisa de Oliveira Costa e pelas demais provas dos autos*" (e-STJ fl. 626).

Embora, no julgamento dos embargos declaratórios, o colegiado estadual

Superior Tribunal de Justiça

tenha sido sucinto, da análise dos autos, verifica-se que o acórdão recorrido expressamente se manifestou sobre os outros elementos de prova ratificadores do reconhecimento fotográfico do réu, como se observará a seguir.

Infere-se, portanto, que a decisão da Corte local encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, no sentido de que *"não ocorre a violação do art. 619 do CPP quando o acórdão, apesar de contrário à pretensão da parte, se manifesta expressamente sobre a matéria controvertida"* (REsp n. 1.580.435/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/03/2016).

Outrossim, é cediço por este Tribunal Superior que o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pelo recorrente ao proferir decisão no processo, bastando que, pela motivação apresentada, seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte, exatamente como se deu na hipótese em testilha.

Tal entendimento foi confirmado pela Primeira Turma deste Sodalício, após a entrada em vigor do novo CPC, conforme noticiado no Informativo n. 585/STJ, *in verbis*:

Mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 ["§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"] veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo STJ, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão.

(EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016 - grifou-se)

Dessa forma, o que se observa é o puro e simples inconformismo do recorrente com a solução dada pelo Tribunal estadual à controvérsia no que diz respeito às provas que embasaram a condenação, questão que foi amplamente debatida na instância de origem e que não dá ensejo à suscitada violação do art. 619 do CPP, haja vista que, para esta Corte de superposição, *"a insatisfação com o resultado trazido na decisão judicial não significa deficiência ou ausência de prestação jurisdicional"* (EDcl no AgRg nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp n. 649.137/SP, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 29/03/2016).

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. MERO INTERESSE DE OBTER NOVO JULGAMENTO. OFENSA AOS ARTS. 155, 386, INCISOS VI E VII E 563 DO CPP. TESE DE CONDENAÇÃO FUNDADA, EXCLUSIVAMENTE, EM ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NO INQUÉRITO POLICIAL. SUFICIÊNCIA DA PROVA JUDICIAL PARA CONDENAÇÃO. ANÁLISE QUE DEMANDARIA REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 07/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 385 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA. MANIFESTAÇÃO NÃO VINCULANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Embora o tenha feito de maneira diversa da pretendida pelo agravante, o eg. Tribunal a quo, efetivamente, tratou das questões apontadas como omitidas no v. acórdão embargado, infirmando os argumentos apresentados pela Defesa. Na ausência da aventada omissão, impõe-se o desprovido do apelo nobre, no ponto em que sustentou a violação ao art. 619 do Código de Processo Penal.

[...]

(AgRg nos EDcl no AREsp 984161/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018)

No que se refere à apontada violação do art. 226 do CPP, para melhor elucidação da questão, oportuno colacionar trecho da sentença condenatória, *in verbis*:

"Conforme restou comprovado nos autos, em outubro de 1998, por volta das 9h e 30 min, o acusado se deslocou até a residência vítima, e no intuito de obter, para si, vantagem indevida, solicitou da mesma, inicialmente a quantia de R\$500,00 (quinhentos reais). Observa-se que o acusado, identificando-se falsamente como Sandro, policial civil, constrangeu a vítima a lhe acompanhar até a Agência do Banco Real, e sacar a quantia de R\$ 200,00, entregando a mesma tal valor ao acusado.

(...)

Vale ainda mencionar, que a vítima, no dia de seu interrogatório, perante a autoridade policial, reconheceu o acusado pela fotografia da carteira de habilitação do mesmo, que lhe foi exibida cópia reprográfica pela delegada, Dra. Marisa (...)

(...)

Visando apurar as graves denúncias feitas pela vítima

Superior Tribunal de Justiça

Celso Canaan, a Corregedoria-Geral de Polícia instaurou portaria de fl. 05, sendo apreendido um colete da Polícia Civil, com a insígnia DETETIVE, o qual estava na posse do acusado José Wilson da Silva, sendo no ato inutilizada sua carteira profissional da Polícia Civil/Servidor Administrativo.

Durante tal apuração, conforme declarações da Sra. Kátia, companheira da vítima, confirmou esta que o acusado teria, inclusive, retornado, após o dia da extorsão, à sua residência, procurando pela vítima, que no dia não se encontrava em Casa.

(...)

Ademais, o acusado, conforme declarações da delegada Dra. Cláudia Regina, teria cometido fato semelhante, perante funcionários municipais:

(...)

Também confirmou o narrado pela vítima, a delegada Dra. Marisa de Oliveira Costa, que tomou as declarações da mesma (...)

(...)

Deste modo, apesar da vítima, quando de seu interrogatório, alegar não se lembrar dos fatos, devido ao seu atual estado de saúde debilitado, não é possível negar a ocorrência da extorsão.

O modus operandi, bem como a atuação do acusado, foi relatado pela vítima, e pela Dra. Marisa, delegada que reduziu a termo as declarações daquela, no calor dos fatos.

Destarte, não obstante o acusado tenha negado a prática do crime, ao argumento de que se trata de "armação" contra a sua pessoa, tal afirmação não merece qualquer credibilidade.

Além do mais, as declarações das testemunhas de fl. 378/379, foram claras, e sem contradições entre si, confirmando na íntegra o fato narrado pela vítima à autoridade policial.

Inclusive, segundo apurado em sindicância instaurada contra o acusado, servidor administrativo da Superintendência Administrativa da Polícia Civil, não foi a primeira vez que o mesmo, se passando por policial, e utilizando arma de fogo, teve condutas altamente reprováveis. Além de ter se envolvido em discussões com servidores públicos, no exercício da função, o acusado também compareceu ao local de crime, utilizando colete da polícia civil e ostentando arma de fogo, apesar de não ter habilitação ou autorização para tal (fotografia juntada à f. 47)." (e-STJ fls. 518/521).

Superior Tribunal de Justiça

E o Tribunal de origem, no julgamento da apelação, assim decidiu:

"Consta dos autos que a vítima reconheceu o acusado mediante cópia da CNH que lhe foi apresentada, o que não traz maior dúvida quanto à identificação do envolvido. Certo é que na ocasião dos fatos, o ofendido teve oportunidade de observar a fisionomia do acusado, sendo constrangido a acompanhá-lo até o banco, onde efetuou o saque, não havendo se falar em fragilidade no reconhecimento, ou mesmo exigência de maior formalidade no que tange ao procedimento utilizado pela vítima, estando o mesmo em perfeita consonância com os demais elementos constantes dos autos.

Prescinde-se de maior rigor quanto ao reconhecimento fotográfico, se este se coaduna com as demais provas obtidas, ratificando os outros elementos de convicção.

(...)

A autoria resta comprovada pelo depoimento da vítima e prova testemunhal.

A vítima, Celso Canan, relatou detalhadamente o ocorrido em seu depoimento extrajudicial, com o reconhecimento imediato do denunciado, f. 08.

Em juízo, a vítima confirma a assinatura oposta em seu depoimento extrajudicial, mas afirma não ter condições de depor, face aos sérios problemas de saúde que vem enfrentando, inclusive se recuperando de uma recente cirurgia, f. 377.

A testemunha Marisa de Oliveira Costa, em seu depoimento judicial, f. 378, relata que tomou conhecimento que a vítima estava sendo extorquida pelo acusado e confirma o reconhecimento do denunciado, através de fotografia, feito pelo ofendido.

A apreensão da arma, do colete da polícia civil e dos demais objetos constantes do auto de apreensão, resta confirmada pela escrivã de polícia, Cláudia Andréa Rodrigues Peixoto Costa, a qual afirma que os mesmos estavam na posse do acusado, f 379. Certo é que o depoimento da vítima apresenta-se corroborado pelas demais provas constantes dos autos.

Nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima configura-se prova de insofismável relevância no contexto probatório, pois, na maioria das vezes são estes delitos praticados na clandestinidade, sem a presença de terceiros.

(...)

Diferentemente do alegado pelo recorrente, a condenação não se sustenta em apenas provas produzidas na fase extrajudicial, sendo certo que o depoimento da vítima, na

Superior Tribunal de Justiça

polícia, apresenta-se de grande validade, uma vez a mesma ter detalhado toda a empreitada criminosa, descrevendo com minúcia acerca do veículo utilizado pelo denunciado, dados que foram de suma importância para conclusão da autoria. No entanto, tal depoimento encontra-se amplamente corroborado pelas provas produzidas em juízo, inclusive pelo depoimento da delegada, a qual confirma o reconhecimento feito pela vítima." (e-STJ fls. 615/617)

Da leitura dos excertos transcritos verifica-se que as instâncias ordinárias, após o reexame das provas colhidas no curso da instrução criminal, assentaram pela existência, nos autos, de elementos aptos e concludentes para fundamentar o decreto condenatório em desfavor do agravante.

O Magistrado singular afirmou que, na posse do réu, foi *"apreendido um colete da Polícia Civil, com a insígnia DETETIVE"* (e-STJ fl. 519).

Observou que a companheira da vítima confirmou que o acusado teria *"retornado, após o dia da extorsão, à sua residência, procurando pela vítima, que no dia não se encontrava em Casa"* (e-STJ fl. 519)

Aduziu que, conforme declarações da Delegada Dra. Cláudia Regina, o agravante já *"teria cometido fato semelhante, perante funcionários municipais"* (e-STJ fl. 520).

Pontuou que as declarações das testemunhas *"foram claras, e sem contradições entre si, confirmando na íntegra o fato narrado pela vítima à autoridade policial"* (e-STJ fls. 521).

Assinalou que, *"segundo apurado em sindicância instaurada contra o acusado, servidor administrativo da Superintendência Administrativa da Polícia Civil, não foi a primeira vez que o mesmo, se passando por policial, e utilizando arma de fogo, teve condutas altamente reprováveis. Além de ter se envolvido em discussões com servidores públicos, no exercício da função, o acusado também compareceu ao local de crime, utilizando colete da polícia civil e ostentando arma de fogo, apesar de não ter habilitação ou autorização para tal (fotografia juntada à f. 47)." (e-STJ fl. 521).*

O Tribunal estadual, por sua vez, destacou que, *"na ocasião dos fatos, o ofendido teve oportunidade de observar a fisionomia do acusado, sendo constrangido a acompanhá-lo até o banco, onde efetuou o saque, não havendo se falar em fragilidade no reconhecimento"* (e-STJ fl. 612).

Registrou que a vítima *"relatou detalhadamente o ocorrido em seu depoimento extrajudicial, com o reconhecimento imediato do denunciado"* (e-STJ fl. 615).

Consignou que a *"testemunha Marisa de Oliveira Costa, em seu depoimento judicial, f. 378, relata que tomou conhecimento que a vítima estava sendo extorquida pelo acusado e confirma o reconhecimento do denunciado, através de fotografia, feito pelo ofendido"* (e-STJ fl. 615).

Asseverou que *"a apreensão da arma, do colete da polícia civil e dos demais objetos constantes do auto de apreensão"* foi confirmada pela Escrivã de Polícia Cláudia Andréa Rodrigues Peixoto Costa, *"a qual afirma que os mesmos estavam na posse do acusado"* (e-STJ fls. 615).

E concluiu que *"a condenação não se sustenta em apenas provas*

Superior Tribunal de Justiça

produzidas na fase extrajudicial", visto que o depoimento da vítima na polícia detalhou "toda a empreitada criminosa, descrevendo com minúcia acerca do veículo utilizado pelo denunciado, dados que foram de suma importância para conclusão da autoria", e que "tal depoimento encontra-se amplamente corroborado pelas provas produzidas em juízo, inclusive pelo depoimento da delegada, a qual confirma o reconhecimento feito pela vítima" (e-STJ fl. 617).

Assim, ainda que o reconhecimento não tenha observado os ditames do art. 226 da Lei Penal Adjetiva, o certo é que foi contrastado com outros elementos de convicção reunidos no curso da instrução criminal, aptos a comprovar a autoria delitiva, como as declarações da vítima e de sua companheira, depoimentos de policiais, além da apreensão de objetos que estavam na posse do agravante na ocasião do delito, o que afasta a ilegalidade suscitada na insurgência.

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LATROCÍNIO. NULIDADE. RECONHECIMENTO DO RÉU. ART. 226 DO CPP. MERA IRREGULARIDADE. SÚMULA 83/STJ. PROVAS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. DECLASSIFICAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Mantida a decisão agravada por fundamento diverso.

2. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as disposições insculpidas no art. 226 do CPP configuram mera recomendação legal, e não uma exigência, porquanto não se comina a sanção da nulidade quando praticado o reconhecimento pessoal de modo diverso (HC 413.013/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017), notadamente quando confirmado judicialmente e aliado a outras provas, como ocorreu na espécie.

(...)

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1039864/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

Na mesma direção:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FURTO SIMPLES. RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. CONDENAÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA POR INSIGNIFICÂNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior admite a possibilidade de reconhecimento do acusado por meio fotográfico, ainda que não observadas a totalidade das formalidades contidas no art. 226 do Código de Processo Penal.

4. O reconhecimento fotográfico do réu, quando ratificado em

Superior Tribunal de Justiça

juízo, sob a garantia do contraditório e ampla defesa, pode servir como meio idôneo de prova para fundamentar a condenação.

5. No caso em exame, as instâncias ordinárias destacaram que o reconhecimento fotográfico do paciente, que fora efetuado durante o inquérito, foi ratificado em juízo pessoalmente, tendo ele sido corroborado por outros elementos de convicção amealhados nos autos, sendo, portanto, descabido falar em nulidade da prova e, por consectário, em carência de provas para a condenação do paciente ou em condenação baseada exclusivamente em elementos informativos.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 477.128/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 12/09/2019)

Dessa forma, por se encontrar o acórdão recorrido em consonância com jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, aplicável ao recurso especial interposto com fundamento tanto na alínea *a* quanto na alínea *c* do permissivo constitucional.

Em arremate, com relação ao pleito de afastamento da majorante do emprego de arma, constata-se que o Tribunal estadual decidiu a questão por maioria de votos e que o recurso especial foi interposto sem a prévia provocação do colegiado da origem, por meio do recurso de embargos infringentes e de nulidade, para fazer prevalecer o entendimento divergente favorável ao réu, o que configura o não exaurimento da instância ordinária e, por consequência, inviabiliza o acesso à via especial quanto ao tema.

É pacífico o entendimento deste Sodalício de que, "*nas hipóteses de acórdão não unânime na origem e que cause prejuízo à defesa, é necessário a oposição de embargos infringentes para o exaurimento da instância. Incidência da Súmula 207 do STJ.*" (AgRg no AREsp 279.480/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 02/06/2014).

A questão, como se vê, está sumulada no âmbito desta Corte, no enunciado 207, segundo o qual "*É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem*".

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ALEGADA OFENSA AO ART. 619 DO CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVAS EM AUDIÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS E QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF. SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO UNÂNIME. AUSÊNCIA DE EMBARGOS INFRINGENTES. SÚMULA 207/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO.

[...]

VI - A questão relativa à possibilidade de substituição da pena por restritivas de direitos não foi objeto de decisão unânime pelo eg. Tribunal de origem, razão pela qual caberia a oposição de embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP). Diante da ausência de apresentação do recurso mencionado, não houve o esgotamento da instância a quo, atraindo a incidência da Súmula 207/STJ.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1262008/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)

A corroborar:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO NÃO CONHECIDO. ACÓRDÃO PROFERIDO POR MAIORIA DE VOTOS. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES. SÚMULA N. 207 DO STJ. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. Nos termos da Súmula n. 207 do STJ, "É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no Tribunal de origem".

3. No caso dos autos, não houve o devido esgotamento de instâncias, uma vez que o recorrente não opôs embargos infringentes contra o acórdão recorrido, que foi aprovado por maioria de votos desfavoráveis ao réu.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1622169/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017)

Dessa forma, evidenciado o não esgotamento da instância ordinária no ponto, visto que ainda eram cabíveis os embargos infringentes e de nulidade, conforme previsto no art. 609, parágrafo único, do Código de Processo Penal, inviabilizado está o acesso à via especial.

Ante o exposto, **conhece-se do agravo e não se conhece do recurso especial**, nos termos do art. 34, VII, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator